

DESAFIOS DO ACESSO AO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NA BAHIA: avanços e recuos no direito à educação

CLÉO EMÍDIO DOS SANTOS LIMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA/BA

cleoemidio@gmail.com

FÁBIO DANTAS DE SOUZA SILVA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA/BA

fabiodantasuefs@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Conforme a seção IV, artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), compõe o perfil do ensino médio: aprofundar conhecimentos já iniciados ao longo do ensino fundamental, socializar elementos complexos da cultura e da arte, o domínio de conhecimentos científicos para ingresso no ensino superior e a aproximação do universo do mundo do trabalho.

A compreensão dessa etapa de ensino enquanto direito social, (re)afirma seu caráter essencial e torna-o obrigatório¹, sinalizando a universalização no acesso como ponto de chegada, finalidade ainda distante de ser plenamente efetivada.

Diante desse desafio, este resumo tem como objetivo refletir sobre a expansão do ensino médio no Brasil e na Bahia a luz do fator matrícula com base nos dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP Data).

O recorte temporal tomou a série histórica dos anos de 2007 a 2022. A seleção levou em consideração dois marcadores desse período, a EC n° 59 e a criação do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB).

Optou-se por destacar para a análise o ensino médio em tempo parcial (ou propedêutico) e o médio integrado à educação profissional (EPTNM)², sempre com recorte das redes estaduais e federal³.

¹ Conforme a LDB e a Emenda Constitucional (EC) n° 59.

² Educação Profissional Técnica de Nível Médio.



Oscilações nas taxas de matrícula tanto a nível nacional quanto estadual, refletem as desigualdades que condicionam o percurso formativo no ensino médio público. Assim, faz-se necessário avançar na compreensão das variáveis que continuam a se contrapor a uma verdadeira democratização do ensino médio brasileiro e baiano na perspectiva do direito a educação.

Os resultados anunciados compuseram trabalho final de pós-graduação em nível de mestrado, estudo que tem sua continuidade no curso de doutorado, está vinculada ao Grupo de Pesquisa Educação do Campo e Políticas Educacionais (EEA/UEFS).

2 TENSÕES EM TORNO DA EXPANSÃO NO ENSINO MÉDIO: BRASIL E BAHIA

O ensino médio somente passa por ampliação no acesso na década de 1990. Segundo Corti (2019, p. 47-48) quando “finalmente os grupos sociais mais pobres e diversos conseguiram entrar na escola média, esta já havia passado por enormes crises, debates nacionais e reformas”, de modo a refletir um momento de massificação desse nível de ensino, não necessariamente sua democratização e universalização.

Para Ferreti e Krawczik (2017, p. 35),

Nos últimos 15 anos, o ensino médio tem estado muito presente nos debates sobre educação no Brasil, em consequência de sua progressiva expansão e relativa universalização, as quais viabilizaram a inclusão de novos setores sociais, fazendo-o perder seu caráter historicamente elitista, suscitando, por isso, questões cada vez mais acirradas sobre seus objetivos, sua identidade e sua contribuição social.

No Brasil o ensino médio propedêutico entre os anos de 2007 a 2022 apresentou queda de 947.741 matrículas, mostrando pequena recuperação em 2010 e depois em 2020, desde então com crescimento ano a ano. As recuperações não retomam o quantitativo de matrículas de 2007. No EPTNM as matrículas não sofrem quedas, oscilando positivamente em todos os anos.

Na Bahia, se percebe a mesma tendência de queda, com leve recuperação em 2016 e 2020. A diferença é de 137.665 matrículas a menos em relação ao ano de 2007. A mesma tendência do cenário nacional é constatada no EPTNM da rede estadual.

³ Os dados não incluem matrículas de turmas exclusivas de Atividade Complementar e/ou Atendimento Educacional Especializado (AEE).



A rede federal de EPTNM cresceu sete vezes mais dentro do intervalo analisado, reflexo da implantação dos Institutos Federais (IFs) iniciada em 2008. É interessante dar relevo a expansão da modalidade no que tange às matrículas das redes estaduais no quadro do país e da Bahia, em particular, em contraste com a diminuição de estudantes no ensino médio parcial.

A EPTNM estadual contava em 2007 com 4.068 matrículas, chegando em 2022 a 59.948. Já a oferta federal na Bahia compreendia 2.837 e 12.859 nos mesmos anos. Evidencia-se o protagonismo do ensino técnico como um atrativo importante para a juventude a partir do fator de matrícula.

Um dado importante diz respeito ao crescimento do número de estudantes entre 15-17 anos, em consonância com o esforço enunciado pela EC nº 59 e a busca de diminuir a distorção idade-série. Em números absolutos, no Brasil houve um acréscimo de 582.377 matrículas nessa faixa etária na série histórica, em todas as outras houve decréscimo. Na Bahia, com crescimento seguido até 2009, registram-se oscilações até 2022, quando se supera finalmente o patamar de 2009.

Concordamos com Silva (2020) ao demarcar um movimento inclusivo quanto à faixa etária de 15 a 17 anos:

Em que pese a tendência de queda da matrícula do Ensino Médio, quando comparados o número total da etapa com a matrícula exclusiva para a faixa etária de 15 a 17 anos (taxa líquida), indicam que o decréscimo permanece ocorrendo dentre os que possuem 18 anos ou mais, e que incidiu, para a idade de 15 a 17 anos, um significativo crescimento, caracterizando o processo de inclusão.” (Silva, 2020, p. 280)⁴.

Conforme Silva (2020, p. 279)⁵, “os dados evidenciam o aumento da presença de pessoas de 15 a 17 anos em todas as regiões do país, sobretudo nas regiões mais pobres

⁴ Os dados presentes no artigo de Mônica Ribeiro da Silva (2020) tomam como base a taxa líquida de matrículas no ensino médio, que se dá entre o número total de matrículas de alunos com a idade prevista para estar cursando o nível médio e a população total da mesma faixa etária.

⁵ O artigo sistematizou dados de pesquisa realizada pela autora e “teve como objeto de estudo a ampliação do direito à Educação, considerando o acesso ao Ensino Médio para jovens de 15 a 17 anos”, na qual foi “analisado o movimento da matrícula na última etapa da Educação Básica, no período compreendido entre 2009 e 2016. As fontes primárias para coleta dos dados foram o Censo Escolar da Educação Básica e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad),



e menos industrializadas”, com ênfase entre segmentos mais vulnerabilizados social e economicamente.

O crescimento da taxa líquida de matrícula em cada uma das regiões do país foi da seguinte ordem: Norte, de 43% para 51,2%; Nordeste, de 43,3% para 53,0%; Sudeste, de 66,1% para 69,4%; Sul, de 59,6% para 63,9% e Centro-Oeste, de 56,7% para 63,4%. Esses dados revelam que a inclusão das pessoas de 15 a 17 anos no Ensino Médio foi mais expressiva nas regiões Norte e Nordeste, justamente as que tinham a taxa líquida de matrícula abaixo dos 50%, sinalizando para um movimento de progressividade, dado que se tratam de regiões mais pobres e menos industrializadas. (Silva, 2020, p. 279).

Silva (2020), traz como motivo para o aumento progressivo das matrículas políticas de correção do fluxo escolar adotadas nos anos de 1990 no ensino fundamental, por conseguinte, impulsionando a ampliação da procura pelo ensino médio.

Mais recentemente, a promoção de políticas de permanência estudantil como o Pé-de-Meia⁶ a nível federal e o Bolsa Presença no âmbito estadual, são elementos que podem contribuir para reverter tendências de redução do número de matrículas conforme o analisado.

3 CONCLUSÕES

A queda de matrículas conforme analisado, contrasta com a Meta 3 do PNE (2014-2024) que previa “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%” (Brasil, 2014).

Com um universo amplo e diverso de jovens no seio da escola pública, o direcionamento da ação pedagógica a partir das reformas implementadas com as Leis n° 13.415/2017 e 14.945/2024, junto com as questões do acesso e as formas de uso do fundo público, passaram a compor a agenda de disputa em torno do ensino médio brasileiro e baiano.

apreciando as 27 Unidades da Federação” (p. 274). Os dados analisados cobriram os anos de 2009 a 2016.

⁶ “Após dois anos de Pé-de-Meia, abandono escolar cai 43%”. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/marco/apos-dois-anos-de-pe-de-meia-abandono-escolar-cai-43>>. Acesso em: 13 de abril 2016.



Assim, as oscilações nas taxas de matrículas do ensino de tempo parcial no Brasil e na Bahia, refletem as contradições e os anseios das juventudes por uma experiência formativa significativa. A procura pela EPTNM, pode se configurar como uma estratégia de fomento a adesão da proposta formativa da escola média pública fortalecendo a garantia do direito a educação.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996.**

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2026.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Disponível em:

<<https://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 de abril de 2026.

CORTI, Ana Paula. Ensino médio: entre a deriva e o naufrágio. In: CÁSSIO, Fernando (Org). **Educação Contra a Barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 47-52.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Censo Escolar**. INEP Data.

Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017.

SILVA, Mônica Ribeiro da. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.28, n.107, p. 274-291, abr./jun. 2020.

